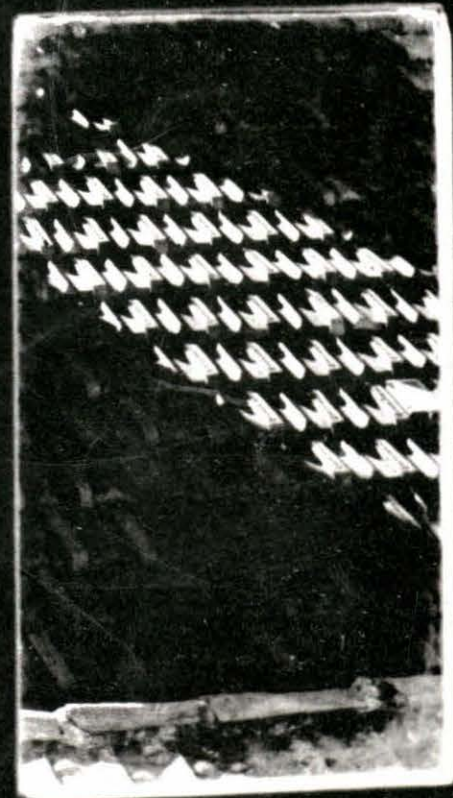
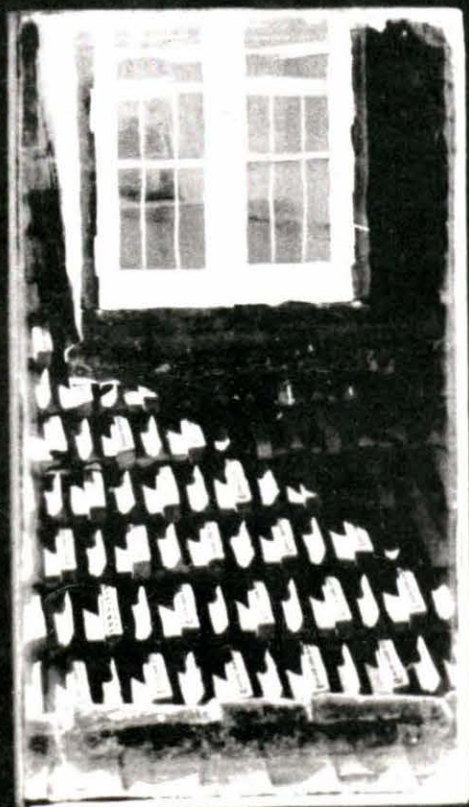
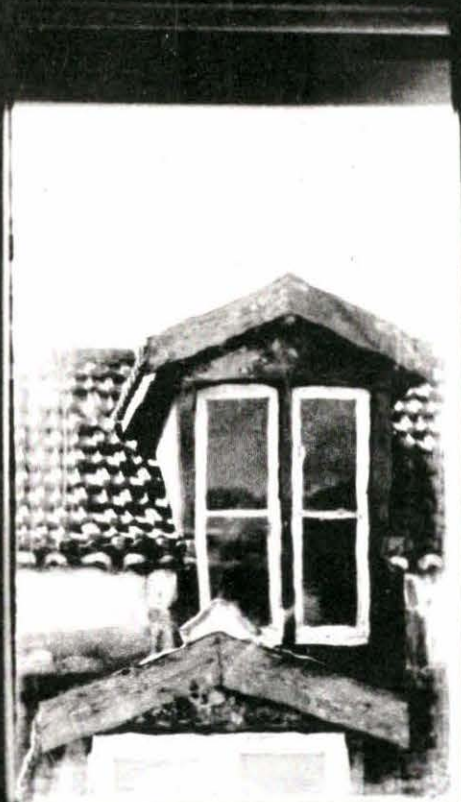


INTERVENÇÃO

REVISTA DE ANIMAÇÃO
SÓCIO-CULTURAL

Nº 1 2ª Série
Revista Mensal
Preço: 40\$00

Janeiro de 1982



TANTO TEMPO!

...ano...

Tanto e tão pouco tempo sem sair.

Muitas coisas se passaram, alguma tinta correu e a prática de algum modo sofreu transformações.

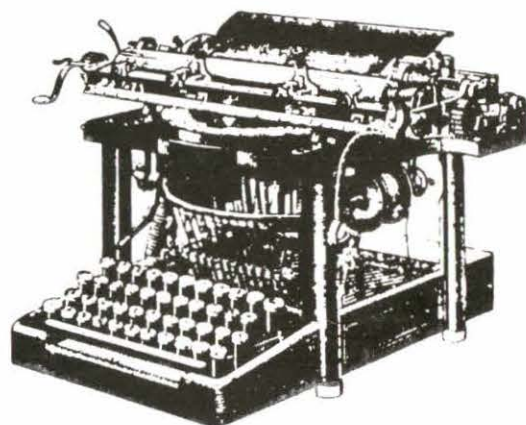
Passou a era culturalista de Mateus e das festas no castelo de S. Jorge, como também passou a energia do Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base para adultos. E neste campo muitas estruturas foram criadas, e algumas delas com imensas potencialidades; mas quando as coisas começam a mexer... a ser capazes de avançar propostas... então...

E a nossa prática? Que é feito dos Encontros, das Associações com uma prática intensiva e permanente, do reavivar das memórias?

Tanto e tão pouco tempo sem sair.

Muitas coisas se passaram e alguma tinta correu.

E os vectores da acção cultural agarraram outros espaços, novas práticas. A necessidade do rigor começa a tornar-se permanente, assim como a compreensão global das possíveis acções a levar a cabo. O aparelho de Estado perdeu os seus encantos... se alguma vez os teve. E antes que ele procure ocupar os nossos espaços é necessário que avancemos, segura-



mente, profundamente, numa prática-teórica que reavive as memórias, reavive as imagens e reinvente os trajectos.

E a Intervenção pode ser um espaço a aproveitar nesse sentido. Um espaço colectivo — e queremos que ela seja a curto prazo propriedade duma Associação Cultural a criar — um espaço de informação e divulgação, um espaço de reflexão e confronto, um espaço de lançamento de novas pistas de trabalho.

Mas isso só será possível se conhecermos aquilo que uns e outros fazemos, os nossos projectos, as nossas dúvidas e ansiedades. Se soubermos que no Bairro da Sé do Porto está em prática um projecto global de Alfabetização e Acção Cultural, se soubermos que estão a ser abertos espaços por todo o país onde cada um de nós terá possibilidade de se exprimir. Se isto for possível, cada vez haverá mais espaços de cultura e liberdade, cada vez haverá maiores condições para que um grande movimento cultural renasça em Portugal.

Para que não mais seja possível apagar as nossas memórias mais profundas.

M.R.
C.F.



Preciso de assinar esta revista!!!!...



AGRADECEMOS A:
● BISSCHOPPELIJKE
VASTENAKTIE
NERDERLAND

● FUNDO DE APOIO
AOS ORGANISMOS
JUVENIS



PORTE
PAGO

SUMÁRIO

INTERVENÇÃO

JANEIRO 1982

DIRECÇÃO

Mário Ribeiro
Carlos Fragateiro

REDACÇÃO

A. Santos Silva
Filomena Viegas
Henrique Araújo
Isabel Pato
João Piçarra
José Ferreira
José Roseira
Luísa Nora
Luís Martins
Luís Mourão
Miguel Horta
Rodolfo Proença de Jesus

DIRECTOR DA PUBLICAÇÃO

Mário Ribeiro

DIRECÇÃO GRÁFICA

E ILUSTRAÇÕES
Miguel Horta

PROPRIETÁRIO

Luís Martins

SECRETARIADO

Suzana Coutinho

ADMINISTRAÇÃO

Jorge Azevedo

FOTOGRAFIA

Mariano Piçarra

FOTO DA CAPA: Mariano Piçarra

PUBLICIDADE

Isabel Gonçalves

COLABORAM NESTE

NÚMERO:

Andrzej Kowalski,
José Sardinha,
Lino Mendes,
Manuel Vilas Boas,
Noémia Bandeira,
Olívia Toscano, Orlando Garcia

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:

GRUA, Artes Gráficas, Lda.,
114-A, 1100 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO

Dijornal — Distribuidora de Livros
e Periódicos Lda. — Rua Joaquim
António de Aguiar, 64, 2º Dº
1000 Lisboa

PREÇO DESTE NÚMERO:
40\$00

ASSINATURAS

6 n.ºs. — 200\$00
12 n.ºs. — 360\$00
Preço apoio — 500\$00

TIRAGEM:

3.500 exemplares

REDACÇÃO EM LISBOA

Rua de Arroios, n.º 88, 1º — 1100
Lisboa

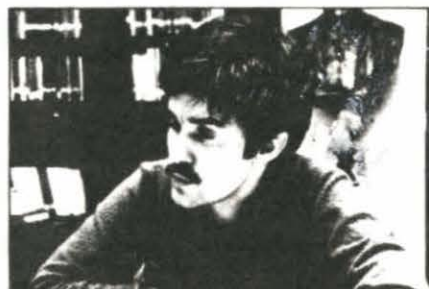
CORRESPONDÊNCIA

APARTADO 21064 — 1127 Lisboa
Codex

"Se está a escrever ponha que
me chamo Alfredo, sim senhor,
Alfredo da Kodak PÁG. 4



A Isabel Pato, o Rodolfo e o
Mariano com a sua inseparável
máquina fotográfica, andaram
por aí a saber dos centros
culturais PÁG. 5

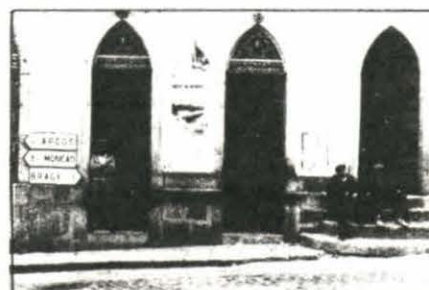


Uma nova secção — o "Toma-
-Lá-Dá-Cá" PÁG. 9

"As Canções do Trigo".
Filomena Viegas e Luís Mourão
falam com Anne
Caufriez PÁG. 10



Autarquias locais, que espaço
para a animação?
Orlando Garcia diz-nos
como é PÁG. 12



Um projecto com o nome de
"Mudar Atitudes" PÁG. 14



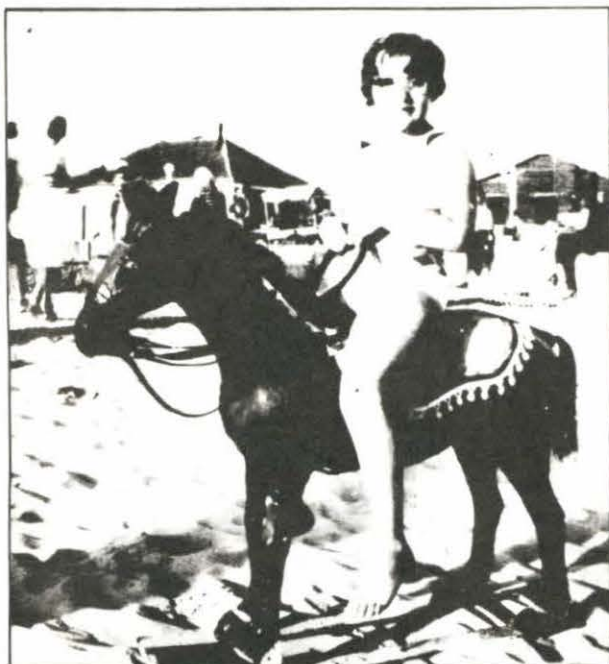
A quatro colunas falamos da
lei que temos, dum Festival de
Diaporama e da "Verdade do
Folclore" PÁG. 18

Daqui e dali ouve-se da
animação PÁG. 19

As ferramentas
— contributo PÁG. 19



E, ainda, "As Nossas
Memórias" PÁG. 20



FOTOGRAFIA NUM JARDIM

"É químico ou mágico o processo de abrir num papel recordações e de as guardar até ao fim de nós?"

Sacode-se a Cidade ao meio-dia transpirante sob o Sol térrido e mais do que é costume, do que é hábito nestes sábados repetidamente cansados, festiva imensamente. Ergue-se Tomar tecida em jade, pendurada na ruptura da Festa que se sonha com aquela que se vê, feliz talvez e prenhe. De Verde, Sol, Luz e Água.

Há por ali algures entre a Cidade e a Cidade um jardim no meio do rio e duas pontes. Uma de pedra. Outra que não. E isto é quase tudo o que me lembro antes de ver o homem subir a escada, os três degraus de madeira da ponte de madeira também, que o separa de mim.

Ursino, bamboeante e suado, Alfredo Guimarães trepa com esforço. Cinquenta e três anos e o calor, o ritmo da caminhada, transformaram a velha máquina fotográfica que lhe treme no ombro possante num animal formidável, de outro mundo, mitológico e evidentemente em vias de extinção. Hei-de dizer aos meus netos que ainda sou do tempo das fotografias nas sebes dos jardins e nos passeios nas ruas, "à la minuta". A oitenta escudos as maiores e a cinquenta as mais pequenas.

"E eu digo-lhe que é barato catano, não vê que isto está de rastos?... já não há material para ela, vai para seis ou sete anos que não têm, não fabricam mais igual. Fazem umas mais pequenas... que se lixe... eu ainda tenho duas caixas destas mas depois eu sei lá, não sei. Se está a escrever ponha que me chamo Alfredo, sim senhor, Alfredo da Kodak. É assim que me conhecem e é assim que me conheço... são coisas sabe?"

Rodopia um pouco, balança os pés e segue o caminho arrastando-se mas desta vez comigo atrás, colado a ele, aos seus olhos convexos e nariz de fole. "Pode ser aqui se quiser, ou ali então... o mais bonito é com a Roda nas costas ou com as flores todas por aí fora... você é que paga." Momentaneamente ágil curva-se pousando a máquina e limpando o colarinho encharcado desculpa-se que "está um calor do caracas, estou p'raqui que pareço um garibú todo molhado. Esta vida é uma porra é o que é... já não tenho idade p'ra estas coisas. A gente acaba assim todos de velho pois. Tenho quatro filhos sim, dois rapazes e duas raparigas... os tipos estão-se nas tintas... felizmente ou infelizmente já nem sei. Olhe

não me faça perguntas difíceis. Ponha-se lá aí a jeito então."

Tem rugas demais este homem e barba emaranhada de dois dias, cinzenta vista daqui, preto e branco misturado. "Já o meu pai... se está mesmo a escrever diga 'que Deus tem em descanso'... já o meu pai tinha a máquina (ele é que a arranjou). eu ia com ele para a Figueira e para o Pedrogão, conhece? e já nessa altura me chamavam como lhe disse, Alfredo da Kodak... eram outros tempos... tinha pr'aí a sua idade e tinha tirado mais fotografias que cabelos você tem na cabeça". Um suspiro breve, um fugaz mexer de mãos e um sorriso tímido. "Não, nem pense que vivo disto... nem sonhe... cheguei agora aqui porque há festa... ando por onde calha mas só assim, festas, praias é o que dá. Quanto mais gente melhor. De resto trabalho no campo, sou dali do pé de Abrantes e só faço isto aos fins de semana ou feriados. Douro jeito não ganhava para comer... eu gosto disto, os dois filhos bem dizem para tomar tino e arrear a jiga... tenho pena sabe? gosto disto..."

Esmera-se em volta da máquina e toca-lhe a madeira, sacode-lhe dos panos a poeira, afaga-a rudemente. Ternamente a seu jeito. "Não se mexa... está aqui um tipo a filmar... ali vê? Você já foi ao Jardim Zoológico? Já? A gente agora somos como os bichos, até filmam e tudo. Somos como os tigres da Malásia... veja lá se ele vem aqui tirar o retrato... é o vens. somos como os bichos, é um modo de dizer, só que ninguém nos dá de comer. Gastam dinheiro em tanta porcarias que bem podiam dar algum à gente, subsídios, como você diz... quem tem máquina e quer esta vida inscrevia-se na Câmara e eles davam dinheiro para podermos viver. Senão como está tudo às portas de acabar... acaba mesmo. Agora não há cão nem gato que não tenha uma máquina de plástico e as casas dos fotógrafos fazem muita concorrência... dão cabo disto... dão cabo disto tudo. É o que eu lhe digo."

É químico ou mágico o processo de abrir no papel recordações e de as guardar até ao fim de nós? És alquimista ou sonhador? Encaixilhar-te-ei o melhor que puder, a ti também, prometo.

SOBRE OS CENTROS CULTURAIS REGIONAIS

Centros Culturais Regionais. São 8 economicamente dependentes da SEC. Mas existe outro tipo de centros. Todos com laços importantes às Câmaras e Colectividades locais.

Todos na liça por uma nova imagem e dinâmica da acção cultural de base. É o intervir na descentralização cultural e lançar as sementes de uma prática cultural estimulante e não efémera.

É a realidade dessa existência que queremos aqui deixar quando abordamos ao longo dos vários números, os vários centros culturais.

● A origem e evolução dos CENTROS CULTURAIS REGIONAIS, produto de transformações histórico-sociais de grande relevância, e balizados pela recusa de soluções decalcadas e importadas de experiência inadequadas ao contexto sócio-cultural português, tem ganho corpo no desbravar enriquecedor de caminhos novos, geradores da desmistificação e desmontagem quotidiana dos projectos de gabinete, impossíveis porque absolutamente desintegrados de uma definição, que se quer ampla e imaginativa, para uma política cultural global deste país.

● O aparecimento gradual dos actuais CENTROS CULTURAIS REGIONAIS resulta de um projecto nacional implementado pela Direcção Geral da Acção Cultural, e cuja pedra de arranque terá sido o Centro Cultural de Évora em Janeiro de 1975.

● Este projecto, surge como resposta à necessidade de activar a acção cultural a nível regional e de apoiar técnica e metodologicamente os agentes culturais individuais e colectivos, organizados em estruturas amplamente participadas.

● Surge pois, um projecto de descentralização, que a prática dos anos de 1977 e 1978 e a reflexão que a acompanha aconselha como mais indicado ponto de parte possíveis projectos de descentralização (em que os Centros Culturais seriam possíveis organismos estatais locais, espécie de Delegações ou Subdelegações da SEC) e optando por uma real política descentralizadora, o que significa a possibilidade de cada Centro Cultural, logo um colectivo de agentes culturais, ir definindo progressivamente a política cultural regional, programando, executando e avaliando acções de produção, divulgação, formação e animação cultural.

● Entretanto, todo esse tempo de reflexão (diálogo entre os serviços da Direcção Geral da Acção Cultural e os Centros Culturais estão apoiados) que vai tendo lugar, revela a necessidade de os Centros Culturais se constituírem como instituições de direito privado.

● É assim que, aqueles Centros Culturais que são criados durante o ano de 1979 de acordo com o programado no Plano a Médio Prazo (PIDAC-79) se constituem sob a forma cooperativa de associações e agentes culturais individuais, combinando representatividade com empenhamento, permitindo a dinâmica possível entre o social e o individual.

● Este esquema de descentralização tem-se revelado muito menos dispendioso pelo aproveitamento que faz do trabalho voluntário de um grande número de agentes culturais e dos espaços e equipamentos detidos pelas estruturas associativas locais, e tem-se caracterizado pela necessidade constante de diálogo

quer com o Poder, de quem recebe financiamento, quer com as instituições culturais locais cujo apoio é a razão de ser desse financiamento.

● A filosofia subjacente ao projecto dos CENTROS CULTURAIS REGIONAIS foi-se edificando através de um processo que consistiu fundamentalmente na discussão tão participada quanto possível, de cada problema à luz de um número limitado de permissas:

■ a necessidade de o Estado promover o desenvolvimento cultural a nível local e regional;

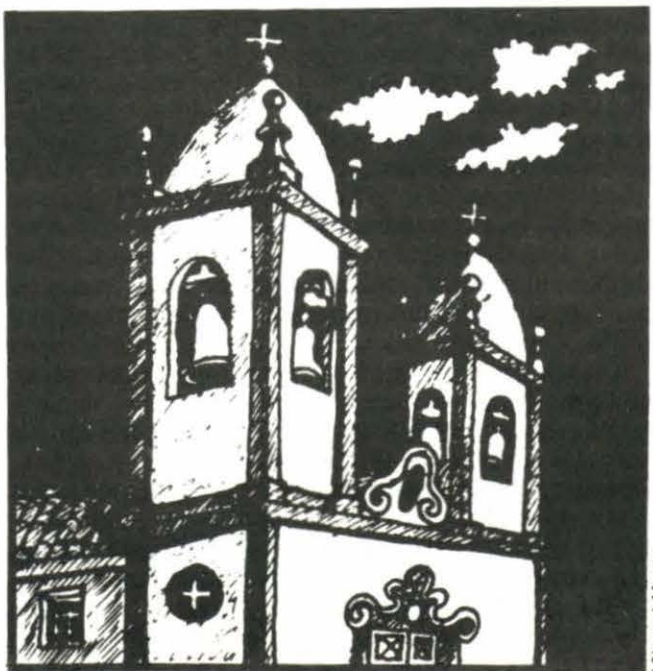
■ a importância da participação e da criatividade no desenvolvimento de projectos deste tipo;

■ importância dada ao projecto pelos agentes culturais locais;

■ o papel do Poder no desencadeamento de estruturas de cooperação e apoio.

● É para nós, igualmente transparente que ainda não é este o momento de promover a necessária síntese das várias experiências regionais que os Centros Culturais configuram e acumulam, pelo que nos parece extemporâneo definir, hoje e agora, normas jurídico-políticas globais que se revelarão redutoras dessa experiência, necessariamente diferente em cada Centro pelo diferente contexto em que se inserem.

* Introdução de um comunicado à imprensa em 28/8/80, a propósito de um diferendo com o Secretário de Estado da Cultura de então — Dr. Vasco Pulido Valente.



Miguel Horta



OS CENTROS CULTURAIS REGIONAIS SÃO CLARAMENTE UM PROJECTO NACIONAL

O José Carlos Faria é animador e pertence à direcção da Casa da Cultura das Caldas da Rainha. Dum diálogo havido entre ele e a equipa de reportagem da Intervenção, ficam aqui algumas questões mais em foco, ao nível da actividade e realidade dos centros culturais. Ficam algumas das questões que maior polémica têm suscitado.

Parecem-nos um bom enquadramento/introdução às questões que irão aparecer diversas vezes, de diversos ângulos, neste espaço de debate de ideias e de práticas de animação.

Há situações que talvez seja necessário clarificar e penso que urgentemente. A designação de centros culturais é uma designação que não abrange o conjunto de todos os centros culturais existentes neste momento dado que existem fórmulas da sua instituição um bocado diferentes.

À volta da designação de centro cultural existem grandes confusões porque centros culturais há em todo o lado, muitas vezes não sendo estruturalmente mais que pequenas colectividades com o pomposo nome de centro cultural. Com isto não quero fazer uma reivindicação elitista da palavra "centro cultural", mas o que me parece é que o centro cultural implica uma certa associação com um conjunto de actividades que são propostas à população e com uma certa capacidade financeira, técnica, e de recursos humanos inclusive, capaz de proporcionar uma série de actividades no campo de animação, da difusão e da descentralização que claramente vai mais longe que muitas vezes essa designação de associações culturais com um trabalho válido, mas que estão de facto limitadas por não conseguirem responder nesses campos por razões óbvias.

O que nós pensamos é que este projecto de centros culturais regionais faz parte de uma rede descentralizadora fundamental e vital para o que nós pensamos ser uma correcta descentralização do país. Este projecto é claramente um projecto nacional, porque se há 3 âmbitos a nível de definição de política — pode haver uma definição política nacional, uma definição política regional e uma definição política local. Os centros culturais respondem a estes 3.

Isto é um programa nacional. Precisamente por essa capacidade de resposta, por pôr um determinado

tipo de estruturas ao serviço da população não só da localidade onde estão instalados, como numa zona muito mais vasta.

AS AUTARQUIAS TÊM UM PAPEL IMPORTANTE, MAS SUPLETIVO

Há por vezes determinado tipo de tendências que dizem. "Bom mas se de facto os centros culturais estão virados para um papel de apoio às associações e para um papel de apoio ao desenvolvimento cultural regional, porque não são as autarquias a subsidiá-los?" Ora bom, isso são questões que têm que ser postas muito claramente. Ao nosso ver sempre pensamos que as autarquias têm um papel muito importante e fundamental neste tipo de questões, só que, se isto é de facto um plano nacional compete ou transcende de uma maneira clara o âmbito das autarquias. As autarquias têm um papel importante mas é um papel supletivo, estas responsabilidades cabem claramente ao poder central. As autarquias podem dar apoio quer a nível logístico quer eventualmente a nível financeiro, mas sempre com carácter supletivo. Quer pelo tipo de dificuldades com que se debatem — a nível de saneamento básico ou outro tipo de coisas, quer pela não aplicação integral da Lei das finanças locais. E até porque a forma de encarar os problemas ao nível autárquico é feito de ânimo leve. Não tem nada a ver com questões de orientação política das autarquias, tem muito mais a ver com questões de sensibilidade, como é que isto é encarado. Inclusive verifica-se hoje um fenómeno ao nível das autarquias que é o aparecimento de animadores culturais sem que haja a pre-

ocupação de encarar este problema. A forma como o trabalho desses animadores se desenvolve não é uniforme nem mesmo linear, ainda que dentro da autarquia com gestão da mesma força política.

Qual deveria ser então a acção dum animador cultural numa câmara?

Eu penso que o trabalho de animação deve ser feito essencialmente no maior respeito pela autonomia, independência e liberdade de criação dos agentes culturais; e não propriamente ser a autarquia a substituir-se a essa própria autonomia. Penso que a autarquia deve ter acção própria mas deve-se ter ao nível cultural dentro de um determinado tipo de parâmetros. Ou seja, por exemplo no caso de uma programação de cinema perfeitamente desastrosa, eu penso que a autarquia pode ter um papel.

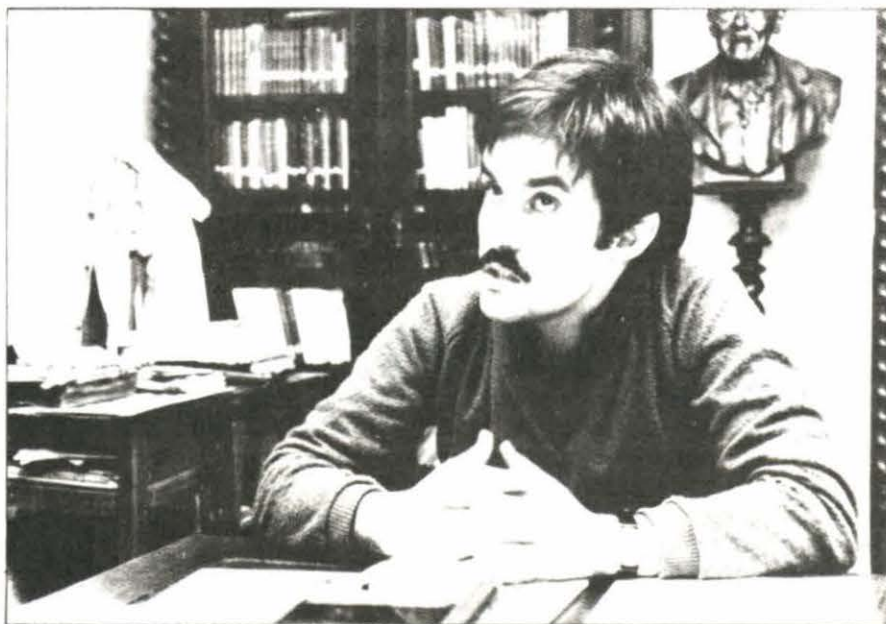
A acção feita pela câmara é uma coisa feita por um centro, até pela sua própria vocação, é outra. Por exemplo, o caso do centro de cultura de Évora levou a uma elevada elevação qualitativa dos grupos amadores da região. A autarquia não lhe compete fazer isto, compete-lhe de facto um papel de coordenação, de informação, de apoio, como função supletiva.

RELAÇÃO SEC/CENTROS CULTURAIS

Relativamente à relação SEC/centro culturais: o que nós pensamos é que os centros culturais não são subsidiados por serem órgãos do poder. De maneira nenhuma, eles são subsidiados em função do trabalho que apresentam, em função do projecto a discutir com a SEC. E pensamos que isto é assim porque são de facto um programa nacional. Recebem porque têm de facto uma qualidade de trabalho e a capacidade que eu penso que é inegável — de terem colocado as suas estruturas ao serviço do desenvolvimento regional.

Não há ou não se pode dizer que tenha havido questões de interferência ou que os centros culturais por receberem subsídio da SEC tenham de estar dependentes da política. Essa grande confusão foi o que gerou de certa maneira uma certa polémica com a SEC no tempo de gestão do Dr. Pulido Valente. Precisamente porque se considerava que os centros culturais eram organismos que estavam na dependência directa da SEC. Mas não são, porque são cooperativas de direito privado.

CENTRO CULTURAL REGIONAL DE SANTARÉM



“O Centro Cultural foi constituído por um conjunto de agentes culturais que sentiam já desde há muito a necessidade de uma certa coordenação de esforços”.

Santarém é uma região com especificidades locais muito variadas, de forte tradição cultural e associativa. Refira-se a existência no distrito de cerca de 40 grupos de teatro amador o que constitui um dos índices mais elevados do país. Por outro lado, entre desportivas e culturais, existem cerca de 500 colectividades — embora muitas delas permaneçam actualmente inactivas.

E é precisamente em 2 salas gentilmente cedidas por uma das colectividades locais com maior tradição, o CÍRCULO SCALABITANO, que se encontra provisoriamente instalado o CENTRO CULTURAL REGIONAL DE SANTARÉM.

O Círculo, para além de albergar no momento o Centro Cultural, do qual de resto é um dos cooperantes, desenvolve actividades próprias tais como aulas infantis de Ballet, conjugadas com a existência de um dos raros grupos de Ballet amador existentes no país, o funcionamento do grupo de teatro infantil VETO, um grupo coral e a Orquestra Típica Scalabitana. Por estes casos se pode ver que seria de todo o interesse a abordagem desta colectividade. Mas tal não aconteceu ainda. Nesta deslocação a Santarém ficámos-nos apenas pelo Centro Cultural, através do contacto havido com um dos elementos da direcção, Alberto Serra.

"O Centro Cultural foi constituído por um conjunto de agentes culturais que sentiam já desde há muito a necessidade de uma certa coordenação de esforços. E isso só foi possível a partir de 1979 quando a SEC deu o aval institucional a esse facto". O centro surgiu assim como alternativa a um trabalho descoordenado e tem como objectivo fundamental "a descentralização cultural entendida como a assumpção por parte dos agentes culturais da região dum projecto de desenvolvimento local".

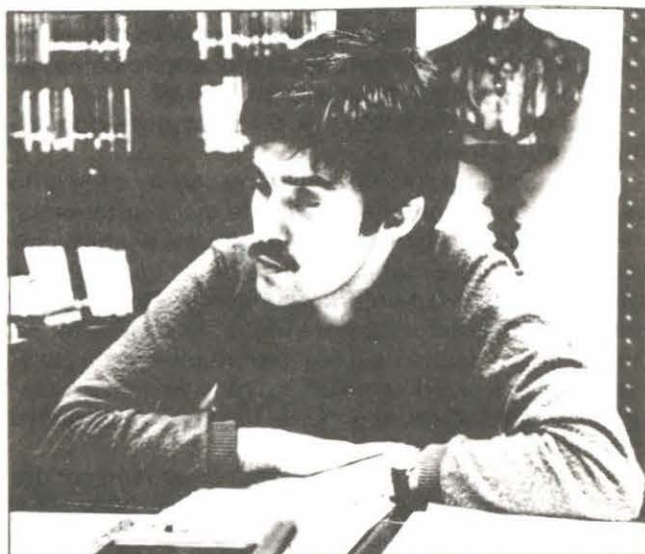
Este centro, que tem como trabalhadores a tempo inteiro 3 animadores e uma pessoa para os serviços administrativos, tem "uma característica de certa maneira específica, que é a existência de um corpo de representantes do centro, situados nas várias localidades do distrito. Esse corpo, que nós designamos de 'conselheiros regionais' é o veículo entre a realidade cultural local e o centro cultural". É igualmente o órgão que faz a ligação directa entre o centro e as colectividades, permitindo que as actividades e interesses destas últimas estejam presentes na planificação anual feita pelo centro.

CAMPOS PRIORITÁRIOS DE ACÇÃO

"O centro tem uma preocupação fundamental no domínio da formação dos agentes culturais. Já fizemos uma acção de base que foi um encontro de sensibilização à Animação Socio-Cultural, o que permitiu fazer o ponto da situação sobre o que é o projecto do Centro Cultural e o que as pessoas pensam dele; e por outro lado introduzir um pouco as pessoas à problemática da Animação. Este encontro decorreu em 1980, em Tomar — e nós escolhemos Tomar exactamente como símbolo da descentralização do próprio centro cultural — e serviu para nós como uma certa introdução àquilo que poderá vir a ser a formação e animadores locais. Formação que passa não só pela formação de animadores, mas por toda a formação que nós designamos de técnica e que abarca todos os instrumentos de Acção Cultural".

Outro dos aspectos a que o centro dá atenção especial é a divulgação do produto artístico dos núcleos culturais espalhados pelo distrito. Como forma de estimular a criatividade e a produção artística têm sido levadas a cabo acções de itinerância de exposições, teatro... "Por outro lado temos vindo a fazer defesa daquilo que nós consideramos uma certa exemplaridade de acções. Um dos objectivos do centro pretende ser o de divulgar o património artístico-cultural universal. Daí que tenhamos a preocupação de trazer cá acções no domínio artístico-cultural com uma certa qualidade, de forma a poderem ser motivadoras e estimuladoras da apetência cultural das populações. Estas acções podem ajudar a fazer a transição de um certo trabalho e divulgação no domínio da cultura popular para um trabalho mais elaborado, mais erudito se quiser".

Para a concretização dos objectivos do centro, tem por vezes havido uma articulação na organização de certas acções com a Câmara Municipal. Câmara cujas áreas primordiais de actuação, no entender de Alberto Serra, deverão ser o "elevar, engrandecer e apoiar todas as iniciativas; criar formas para essas iniciativas se tornam cada vez mais importantes — através da criação de espaços, prestar o apoio logístico, etc.,".



Mariano Piçarra

CCRS — UMA CAMINHADA QUE SE PRETENDE APROFUNDAR

O Círculo Scalabitano foi um local de passagem para o centro. Tendo recentemente comprado um imenso casarão, a partir do momento em que o centro se instale definitivamente na sua nova sede, os projectos do centro serão ampliados e a sua intervenção aprofundada.

Para já, 2 objectivos: a organização de uma biblioteca e de um centro de documentação. Para além disso, o ano de 1982 será marcado a nível de objectivos/actuações essenciais do centro, por 4 grandes vectores:

- **consolidação duma política regional** através da implementação de núcleos descentralizados nas várias localidades do distrito, de "delegações do centro cultural nas várias localidades". Naturalmente que este projecto está intimamente ligado à existência dos "conselheiros regionais";

- **realização de encontros**, a 3 níveis: "um encontro de animadores mais intimamente ligados ao centro",

um encontro distrital de associações, colectividades e animadores locais (do qual a Intervenção fará no devido tempo a cobertura),

e por outro lado, dado que na região existem 6 grupos corais e uma associação de coros recém-formada, o centro vai "tentar fazer uma itinerância e intercâmbio com vários coros, e um encontro de coros". Ainda no campo da música o centro vai tentar fazer o mesmo em relação às bandas filarmónicas, grupos de rock e grupos de música popular;

- **continuação do levantamento sócio-cultural do distrito** com ênfase nomeadamente no levantamento das bandas de música, do traje e dos cantares tradicionais;

- **intercâmbio com grupos estrangeiros**. Este intercâmbio será iniciado com o grupo de teatro da Polónia a partir de Fevereiro. "Inicialmente virão cá um conjunto de 6 ou 7 indivíduos: um especialista em música, outro em artes plásticas, outro em educação, outro em ballet e dois directores da casa da cultura local. Far-se-ão com eles todo um conjunto de acções nos vários domínios e o centro de Santa-rém irá à Polónia ainda em 82 se tudo correr bem".

QUE FUTURO PARA OS CENTROS CULTURAIS

"Não pensamos que haja da parte do Estado interesse em vedar o apoio ou bloquear a actividade dos centros culturais através do não-financiamento, por exemplo. Penso que os centros culturais estão hoje já institucionalizados e pensamos que é um projecto irreversível". Os centros culturais regionais têm radicados as suas acções na relação com a população em geral, e mais particularmente com as colectividades de cultura e recreio. Mas para uma correcta interpenetração no meio é necessário que os centros tragam para a sua luta outro tipo de organizações populares: "o trabalho com os sindicatos parece-nos de extrema importância, tão importante que podemos pensar até em centros culturais a médio ou a longo prazo virem a ter um financiamento dos sindicatos, não total mas poderem ser suportados nalgumas das suas iniciativas pelos sindicatos. Acho que os centros culturais são essencialmente para os trabalhadores e como tal, cada vez mais se devem aproximar deles. Nós pensamos que esse trabalho com os sindicatos é um trabalho extremamente importante a desenvolver e já o foi possível fazer pontualmente. De qualquer modo não há ainda uma articulação definida e organizada, mas este ano pensamos levar a cabo uma acção na qual vamos implicar os sindicatos (e já estão a haver contactos para isso).

É uma acção que nós intitulamos 'A CULTURA ESTÁ NA RUA'. Será um encontro cultural que pretendemos que estimule as colectividades para uma prática cultural não tradicional. Muitas vezes fazer teatro com plateias tradicionais, com palavras já definidas, talvez não seja a melhor forma de levar a cultura, levar o espectáculo, às pessoas. Com A Cultura Está na Rua temos a ideia de tentar trazer os produtos das associações e das colectividades — desde o folclore ao teatro, desde as bandas ao artesanato; trazer isso para a rua, vivamente, trazer para

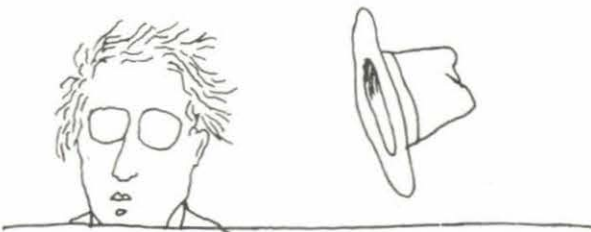
as praças, trazer para os jardins, para todos os lugares públicos onde as pessoas passam — na passagem para o mercado, na passagem para a cidade, na passagem para casa. Será o ver pulsar e vida cultural.

Isabel Pato
e Rodolfo Proença de Jesus

«CAFÉ C/ LETRAS» — Boletim do CCRS - está em marcha. Para ser mais actuante e interveniente todos não somos demais, podendo a colaboração de cada um consubstanciar-se no envio de:

1. Informações (Data, local, quem promove e o quê) de ou sobre exposições, cursos, concertos, etc., — quaisquer manifestações culturais que se irão (de preferência) realizar.
 2. Artigos, Crónicas, Reportagens, Entrevistas, Etc.
- O material poderá ser enviado em qualquer altura, para o seguinte endereço:

CENTRO CULTURAL REGIONAL SANTARÉM
Rua Maestro Luís Silveira, 4 — Telef. 22 379
2000 SANTARÉM



"Toma-lá-dà-cá"

O TOMA-LÁ-DÁ-CÁ que se podia também chamar "TROCAS E BALDROCAS", ou o "CORREIO DO ANIMADOR" ou ainda "ESCREVE E DIZ", é um novo espaço que se abre na revista. CHAMAMOS-LHE assim TOMA-LÁ-DÁ-CÁ e foi assim que ele nasceu. E no fundo o nome não é tudo, o importante é o resto.

Pode ser uma nova forma de comunicar, uma ponte que começa a ganhar forma, uma espiral que começa agora a entrar em movimento a partir de um ponto (REVISTA) e que pode envolver todos os Animadores no seu percurso.

É que às vezes faz falta avisar qualquer coisa, dizer eu precisava de... eu gostava de... para o meu trabalho queria saber informações sobre... bibliografia, instrumentos (pode ser mesmo "Troco um tambor por uma flauta") textos de apoio (Troco um texto sobre "construção de Fantoches" por "Outras formas de expressão plástica") e tantas outras coisas. Caberá aos Grupos Culturais, Associações e Animadores preenchê-lo como melhor entenderem, dar-lhe forma, dar-lhe vida, torná-lo dinâmico, criativo, recreativo. Isto é só o começo... depois, o futuro o dirá.



"AS CANÇÕES DO TRIGO"

uma conversa com Anne Caufriez

Com os dedos a passar nervosamente pelos cantos do cinzeiro Anne Caufriez anichou-se e sorriu, "isto não é uma entrevista, é uma conversa" e dez anos de Portugal tornaram-lhe o discurso nesta outra língua fácil e fluente, rápido e cantante. Dez anos? A fazer o quê Anne?

"A recolher do povo a sua música, e a organizar (ou a compilar e olha como se perde) para analisar e divulgar. Dizer dez anos (oh! e será muito tempo?) com um pé aqui, neste país eleito por acaso (por acaso se encontram os amantes) e outro na Bélgica (onde trabalho, ganho dinheiro). Lá num Museu, por entre coleções de instrumentos e muita coisa para pensar e aqui em Trás-os-Montes cheia de música e sabedorias antigas".

A luz amarela salta-lhe dos olhos e brilha no quarto. Brilha na estante pequenina. No vaso com folhas verdes e na mala de viagem quase feita (amanhã há uma festa... adeus).

Estávamos a falar (quem sabe?) de gostar de estar, da aprendizagem.

"Eu não conhecia nada. Nem a língua. Nem o país. Nem as pessoas. (Nada). E foi aqui, entretanto aqui, que descobri a vida nas aldeias (o choque brutal da fenda entre o campo e a cidade) e a música popular magnificamente cristalizada em formas primitivas (ainda; cada vez menos).

As tradições musicais populares europeias desenterram-se, porque em cada país, em cada continente a música toma aspectos particulares e se, por exemplo, em África não se pode pensar em dividir (globalmente, tradicionalmente) música popular e música "erudita", na Europa, manifestamente, essa divisão existe. Uma música "erudita", escrita, que está aí para se ver nas pautas ou nos discos e outra, popular, de transmissão oral que se bate entre a vida e a morte, por quem se luta muito e em todo o lado, por quem se tem que lutar e por quem nunca se lutará o suficiente".

Anne olha as nuvens de fumo e por um breve instante não está aqui — mudou-se: "Na Bélgica ainda podemos encontrar, no quotidiano do Povo, um certo tipo de canções que lhe são muito íntimas (muito dele). Uma qualidade de cantares que reflectem sem grandes mutações as suas tradições, como grandes não são as transformações fundamentais dos seus ritos. A cerimónia de adormecer o menino; o ritual do casamento. As canções de embalar; as canções de casamento". Anne hesita um instante e continua com o



cabelo a cair-lhe no rosto e as ideias noutro lado (se é que já voltou de onde partiu).

"Em contrapartida perderam-se aquelas outras canções que se prendiam ao trabalho (e o prendiam e o ligavam, aliviava, sacralizavam). A ritualização executa-se hoje de forma diferente".

"Em Trás-os-Montes as coisas não são ainda assim. (E se não digo Beira Alta ou Algarve é porque prefiro falar daquilo que conheço). Guardam-se as relíquias. Ali mantêm-se ligações muito fortes (e profundas) com o tipo de vida que se leva".

"Os cantos acompanham o trabalho, enquanto cantar ao som de uma máquina é completamente impossível. Cantares indiscretamente tristes (lamentos) e disso são reflexo as canções de trabalho marcadamente duras. A ceifa do trigo é um trabalho colectivo muito duro e as pessoas estimulam-se cantando em conjunto. Isto é uma forma de música manifestamente relacionada com a economia. Depois... há as canções religiosas de crença insofismável de braço dado com cantos de embalar muito frescos, ingénuos e sensíveis



— a maneira do povo se exprimir está intimamente ligada às suas condições de vida”.

Há crianças a rir na sala ao lado. Fumo e cinza no cobertor. A Anne, rasga-lhe o corpo um riso contagioso quando pensa nas muitas histórias que foi encontrando pelo caminho: “E o homem vermelho de tanto soprar ouvia pela milionésima vez, nessa noite, a mulher gritar-lhe que tocasse mais alto, sempre mais e mais alto... Foi já muito farto que fugiu connosco, para voltar mais tarde, aí p’rás seis da madrugada, perdido de bêbado. (...) O professor prestável ou o padre que ficou na tasca horas esquecidas comendo queijo e bebendo vinho... falando, falando sempre... olhando as raparigas até que acabou por adormecer sobre a mesa sem dizer nada acerca da música”. É a fase intermédia de um plano de trabalho.

“Primeiro estudo nos livros, pesquisei as grandes linhas sobre as quais se vai desenvolver o trabalho. Depois vou então para as aldeias, conversar, contar o trabalho que faço, mas sobretudo ouvir cantar todas as coisas. Contactar com gente, com toda a gente, que seja de alguma forma interessante escutar. Só muito posteriormente faço gravações”.

Levanta-se. Tem demasiadas coisas para fazer “e depois, sabes?, há o avião, aí o avião”. Tecem-se paragens no tempo e voltas circunspectas de despedida (a Portela é mesmo aqui). “Nem sei o que vai sair disto que falamos”. Depois se verá, depois. Agora, só um momento mais de atenção “porque a questão de defesa do património musical popular é um problema muito complicado. E se me perguntam da possibilidade de o preservar intacto talvez não haja soluções em certos casos... Não se pode preservar uma música que está ligada a um certo tipo de vida, se esta vida mudou. Mas, há evidentemente tentativas de conservação viva que podemos ensaiar: grupos folclóricos de aldeia que sejam de facto baseados no levantamento do património primitivo e para além disso tudo, discutir, conversar, falar da sua importância enquanto verdadeiro retrato do que somos ou fomos. As pessoas do campo vão trocando as suas canções antigas pelas canções da rádio que pensam ser mais bonitas. O que interiorizam é uma subcultura. Um outro exemplo disso são as casas dos emigrantes do Norte, que se compararmos com as casas tradicionais manifestam uma perda de identidade total. Esta gente já não sabe situar-se... Em França são subproletários, em Portugal são mais ricos que os outros da sua aldeia”.

Há mais de meia-hora que estávamos sozinhos na chuva quando se quebrou o encanto.



NOTAS À MARGEM

ANNE é Etnomusicóloga. É assim que se chama a (disciplina) de que ela se ocupa. Estuda, investiga, recolhe música, faz gravações. E trabalha na BÉLGICA no Museu Instrumental de Bruxelas.

Há dez anos que vem a Portugal e aqui tem trabalhado, entre outros centros de interesse, como por exemplo a INDONÉSIA, onde fez um trabalho semelhante. Este último trabalho de que hoje falamos foi iniciado há 2 anos.

Uma conversa com ANNE CAUFRIEZ, não pode de modo algum retratar 10 anos de experiência de trabalho que ela tem realizado. No entanto dá uma ideia do vastíssimo campo de trabalho, que aqui se abre a uma prática cultural importante e necessária.

Desperta a curiosidade para desvender e divulgar o segredo deste património cultural, obra de um Povo. Um saber, uma sensibilidade, ligada às raízes da Terra, próprios de quem tem as “mãos na massa”. Até ao 25 de Abril uma boa parte deste património foi subvalorizada, ignorada, esquecida, o que era divulgada em disco eram apenas as músicas de FOLCLORE TURÍSTICO onde predominam os refrões repetitivos e vazios de sentido... o resto... o resto ficava por dizer... Até se conquistar o direito à palavra, até se reconhecer o valor cultural destas canções e formas de transmitir a outros.

A INTERVENÇÃO não tem deixado passar em branco, experiências como esta que hoje se divulga. Primeiro LOPES GRAÇA e MICHEL GIACOMETTI que a partir de 1960 iniciam o seu trabalho em TRÁS-OS-MONTES (vide INTERVENÇÃO Nº 13)... desta vez ANNE CAUFRIEZ.

Uma das formas de sensibilização e de divulgação deste tipo de trabalho pode ser a gravação em disco. Até mesmo uma forma de o devolver às gentes de TRÁS-OS-MONTES, e de o transmitir a outros.

(ver contributo)



LOCAL: SÍTIO DAS AUTARQUIAS E DA ANIMAÇÃO

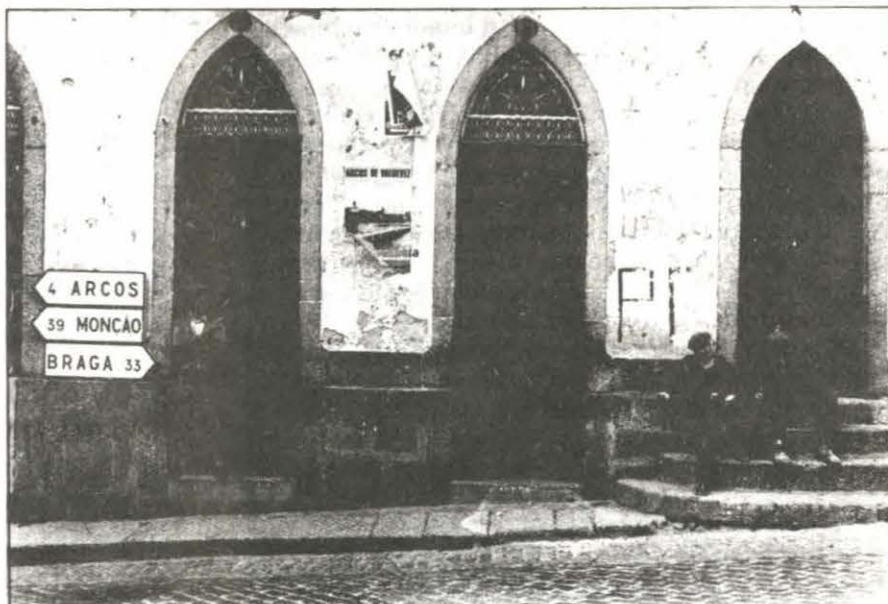
ORLANDO GARCIA

1. Só há animação local.

Se partirmos daqueles tópicos, que não pretendem "definir" animação, mas que nos ajudam a procurar que ela exista enquanto prática social:

- acção de base
- instrumentos de comunicação que favoreçam a comunicação "ao vivo"
- grupos restritos
- acção profundamente ligada ao quotidiano em todos os seus aspectos
- olhar global sobre um determinado território

2. Se há algum aparelho de poder que tem a ver com a animação, é o aparelho autárquico. É o Poder Local. O Governo Central é essa super-máquina, super-instituição em que tudo está dividido e separado. Labirinto de departamentos e repartições. A ordem e a norma. Não podemos ignorá-lo, porque quem faz intervenção nunca pode ignorar a ordem e a norma. "Ele" (o super-pai) tem também os seus departamentos e repartições que têm como função ordenar e normalizar a actividade cultural (não tanto as coisas que se fazem, mas a maneira como se fazem). "Ele" ajuda ou não ajuda mediante certas circunstâncias e certas conjunturas. "Ele" tem as suas iniciativas. Grandes e pequenas. Tendencialmente grandes. Exemplares, como qualquer pai que se preza (vejamos "o património"). O nosso papel relativamente a "ele", será o de reivindicar: apoio que não prejudique a nossa autonomia (para o que é condição "sine qua non" sermos já autónomos e sabermos o que queremos, e ainda, como solicitá-lo), e iniciativas que favoreçam a animação (no seu fervilhar diverso e um tanto desordenado) e que não



Mariano Picarra

a falsifiquem. É claro que, a cada momento, temos que saber ler como está a "sua disposição", para sabermos como actuar eficazmente. Neste momento estamos mal. Ele está mal disposto, só fala, não ouve quase nada do que lhe dizem ("não há maior surdo do que aquele..."), está autoritário. E parece que é uma doença prolongada. Nesta fase calha mal. Estávamos mal habituados. Houve aí um período em que ele andou bem disposto e dialogante. Foi mesmo ao ponto de confraternizar nas festas que organizámos.

É aqui que entra "o tio". Tem o senão de ser ainda "da família", mas...

Enquanto pai só há um, podemos ter diversos tipos de tios. Sempre é mais fácil dialogar com o tio. Depois ele terá maior "legitimidade" para discutir com o pai. Isto do poder...!

3. Ora vamos no Poder Local e na sequência da animação local. Cá temos o nosso denominador comum: local.

4. É o poder local que tem necessidade de encontrar as formas para unir o que o Estado

desune. Porque as autarquias são aparelhos que têm a seu cargo a resolução, ou a redução, de problemas muito concretos de uma população (relativamente restrita) num território específico. É o tal território que nos é próximo, onde vivemos, e muitas vezes, onde trabalhamos. É o território coincidente com o dia a dia de cada um. O pequeno universo palpável onde a globalização é possível. A mesma ideia de território que temos na animação.

(de repente lembrei-me que se tem falado muito de crise de identidade nacional; não será outra "conversa fiada"?; quando muito poderemos falar em crise de identidade local; indivíduos e grupos que perderam a identificação com um território concreto — próximo, palpável, seu; pessoas que vivem num sítio, mas não vivem num território, que não o apropriam)

5. Entre os vários campos de actuação de uma autarquia, sabemos todos que as prioridades vão para a Gestão Urbana. São os seus problemas mais imediatos.

Com a acumulação de experiências, as autarquias (os técnicos e os eleitos que as

corporizam) vão entendendo que a urbanização é um fenómeno respeitante não tanto mudar de lugar (é a sua tendência pela sua visão sectorial) a autarquia tem que pensar urbanização-mudar de vida. O que não pode fazer sem o mudar de lugar (é a sua tendência pela sua visão sectorial) a autarquia tem que pensar urbanização-mudar de vida. O que não pode fazer sem o olhar global, sem uma determinada perspectiva cultural. As autarquias começam a viver esta questão, e podemos detectar duas tendências:

- necessidade de definirem uma Política Cultural (para o que precisam de técnicos — e aí andam à caça de animadores e outros profissionais de intervenção);
- responder de imediato ao problemas mais prementes com equipamentos-serviços;

6. Afinal o que é isso de Política Cultural de que tanto se fala? Basicamente, um conjunto de medidas (sectoriais) que operacionalizem um determinado desenvolvimento da "cultura", entendida como conjunto de produtos e serviços caracterizados pelo seu aspecto "mercadorias-consumos"; é claro que não podemos esquecer a função ideológica de qualquer Política Cultural (reprodução de um certo tipo de mentalidade, de uma maneira de ver, de pensar, de desejar).

E os equipamentos-serviços? Estruturas organizacionais, através das quais se viabilizam respostas funcionais, eficazes, a necessidades sociais.

7. Não acontece que as autarquias têm tendência para reproduzir a lógica de actuação do Governo Central? Ou seja, o poder local a reproduzir o poder central. Não deveria verificar-se aqui uma oposição natural, um conflito de lógicas? Autonomia joga bem com centralização? Globalização joga bem com sectorização? Estas interrogações levam-me (para já) a duas outras:

- em oposição à tendência para Política Cultural (do Estado), não deveriam as

autarquias procurar ter Políticas de Desenvolvimento Cultural?; quero dizer, um conjunto de medidas que garantam ao tal desenvolvimento global (articulação do económico, com o urbanístico, com o educacional, etc.), um carácter e uma dimensão cultural; dimensão que centra as preocupações no "como fazer", na qualidade;

- em oposição à tendência para equipamentos-receitas (do Estado), não deveriam as autarquias procurar criar condições para outras respostas mais qualificadas?; quero dizer, mais envolventes das pessoas que sentem os problemas, mais participadas; respostas que procurem mais a descentralização (transferência de competências) do que a desconcentração (delegação de poderes); as tais que nos levam a falar do poder local como possibilidade de uma democracia cada vez menos formal, porque mais directa (a expressão política da autonomia).

8. Possíveis funções de uma autarquia no domínio da acção cultural:

- reivindicação junto do Governo Central
- apoio ● financeiro ● material ● logístico
- promoção específica de iniciativas
- promoção supletiva
- promoção alternativa
- sensibilização/incentivo

9. Campos de acção em que se pode exercer a actividade autárquica:

- informação
- divulgação de programas

- criação
- dinamização
- animação
- formação

10. Como é que os animadores equacionam a conjugação do ponto 8 com o ponto 9?

(a propósito, uma autarquia deverá preocupar-se essencialmente com o incremento da riqueza cultural, ou com a alimentação da satisfação?; por outras palavras, procura-se mercadorias ou valores de uso?)

Além dos animadores, os eleitos e técnicos já equacionados? As equações são coincidentes?

11. Estamos ainda numa fase em que está pouco definida (ou não está definida de todo) a delimitação de competências entre: governo central, autarquias, e outros agentes de desenvolvimento cultural. Estamos a tempo de contribuir.

Há quem diga que a participação afinal não é um chavão, e que não é mais do que partilha de competências.

12. Finalmente. Tema actual e interessante: animadores contratados como técnicos de autarquias. Continuam a ser animadores, ou passam à condição de "gestores culturais"? Gestores segundo critérios de rentabilidade económica, ou de rentabilidade social? Mas deixemo-nos de perguntas indiscretas e vamos ao que importa:

- um animador numa autarquia não é nunca um simples executor
- é co-responsável por um projecto, portanto pode falar-se em co-gestão
- esta situação não devia atirar-nos para novas práticas de negociação?; hipótese de estabelecimento de "contratos-programas".



Mariano Pizarra

"MUDAR AS ATITUDES"

MIGUEL HORTA
LUÍS MARTINS

Hoje, quase 8 anos após Abril, o que é que realmente mudou? E o que é que está a mudar? Não no aspecto institucional e de democracia política, mas na "cabeça das pessoas". Nas suas atitudes e nos seus comportamentos. No "modo" de estarem no mundo. Com os outros. No quotidiano. Nas pequenas-grandes coisas da vida. Na relação homem-mulher. Na maneira de entender a vida e o futuro. **É que no fim de contas é aí que realmente se muda, ou não se terá mudado nada de fundamental.** É por isso que, sensíveis a estas pequenas-grandes mudanças, quise-mos questionar. Os nossos pequenos-grandes tabus quotidianos. Os nossos desejos. Os nossos mitos.

No fundo é estarmos de olhos abertos, sensíveis às pequenas-grandes mudanças. E amar isso. E saber que é por isso que mexemos. Por isso e para isso.

Hoje quisemos saber de um projecto que se chama "MUDAR AS ATITUDES"... Porquê, mudar as atitudes?

"Na sociedade em que vivemos, homens e mulheres desempenham funções diferentes. Este facto está por vezes mais relacionado com o sexo a que o indivíduo pertence do que com as suas reais aspirações e capacidades.

Os papéis aprendidos em função do sexo têm vindo a condicionar a participação das mulheres e dos homens na vida familiar, nos tempos livres, no trabalho e na sociedade em geral.

Creemos, no entanto, que tanto os homens como as mulheres terão a ganhar se diminuírem as diferenças entre os papéis masculinos e femininos, dando lugar a papéis mais equilibrados, que englobem o melhor daquilo a que hoje chamamos masculino ou feminino que, no seu todo, constituem o humano".

E foi por isso que falámos com a Noémia e a Olívia, a trabalharem nesse projecto.

"Em termos da lei — diz-nos a Noémia — o homem e a mulher têm uma situação de perfeita igualdade. Mas quando saímos cá para fora vimos que de facto a situação não é essa. A lei não chega. É preciso acompanhá-la com uma mudança real e efectiva." É pois por esta mudança que se quer real e efectiva que o Projecto existe.

Metalgicas eleitas acabaram por informar que não podiam deslocar-se a Lisboa depois de terem discutido o problema com as maridos.

Fonte: Conferência Sindical Nacional sobre os problemas da mulher trabalhadora 5Nov78-CGTP-IN



Mariano Piçarra

Sabemos que mudar as atitudes no quotidiano é questionar a relação homem-mulher, é no fundo de contas questionar nessa relação o homem e a mulher. Aliás, o próprio percurso do Projecto, ilustrado através do material editado (cartazes, etc.) é significativo. Começou visando a mulher, esclarecendo os seus direitos, aliás consignados na lei, posteriormente passa a questionar os papéis da mulher e do homem e acaba por se dirigir ao homem, havendo mesmo cartazes dirigidos aos jovens em que o papel do homem é abordado.

"Em termos de processo de trabalho constatámos no início que havia de facto uma situação de desigualdade baseada no sexo, e em que há um grupo menos privilegiado. Mas é um facto que há coisas que é necessário mudar num grupo e noutro. A emancipação e a afirmação da mulher não passa só pela mudança de atitudes ou de mentalidade da mulher mas também do homem". O que é uma

questão de facto incómoda embora este projecto venha já corresponder a uma certa evolução que existe na sociedade portuguesa.

Incómodo porque de facto toca no fundo de cada um de nós, nos estereótipos que temos na cabeça. Incómodo porque questiona o domínio dos privilégios, as relações de poder. Do homem sobre a mulher, de certos homens sobre os outros homens. É que este projecto não pode ser reduzido nas suas ambições a uma mera "optimização dos recursos ou capacidades humanas", na "rentabilização das competências" independente do sexo ou por razões meramente legalistas, tem que ir mais fundo; é que tocar aqui é problematizar um tipo de sociedade. E ter sobre ela uma atitude de subjacente transformação. Que poderemos não ter claro o percurso, mas que sabemos ter o homem como fim. É por isso, diz-nos ainda Noémia, "que a educação em Portugal tem de assumir esta perspectiva",



"Masculino feminino" — CCF

a perspectiva da mudança porque "esta é uma questão que mexe com tudo".

"A mudança das mentalidades — acrescenta Olívia — ou melhor, a criação de uma nova mentalidade devia começar no início do processo educativo. E o processo educativo começa na família. Só que intervir na família é extremamente difícil. A preocupação foi então intervir em grupos organizados de forma a atingir o nível etário possível. Não se começou no nível pré-primário por condições de ordem técnica, não tínhamos material adaptado. Razão porque começámos na Escola Primária".

Mudar na escola, um começo...

"Fizemos uma experiência piloto com 4 escolas primárias com o objectivo de testar métodos e materiais. Em que no 1º ano lectivo a nossa preocupação foi discutir só



"Masculino feminino" — CCF

com os professores todas as questões ligadas à condição feminina e masculina. No fundo tentar que eles próprios se questionassem e modificassem a sua prática enquanto pessoas. Só no ano seguinte passámos a desenvolver actividades muito concretas, desenvolvidas por esses profes-

Do material produzido pelo projecto "MUDAR ATITUDES" achámos interessante reproduzir aqui uma proposta de animação com crianças do ensino primário e ciclo preparatório numa perspectiva de reflexão e desenvolvimento de novas atitudes quanto aos papéis em função do sexo.

"QUEM FAZ O QUÊ?"

Método e conteúdo

Os alunos fazem visitas de estudo a diversos locais de trabalho como por exemplo, uma estação de correios, um banco, algumas lojas e, caso isso seja possível, fábricas, prédios em construção, barcos, ou campos a serem trabalhados; podem também simplesmente observar a própria escola ou as ruas mais próximas. O objectivo destas observações (saídas, visitas, actividades) será registar quem assume as diferentes tarefas e ocupações.

Estas visitas poderão ser completadas com entrevistas feitas aos próprios trabalhadores.

Os elementos recolhidos são posteriormente discutidos na turma.

Pretende-se com estas actividades obter uma imagem dos papéis desempenhados pelas pessoas de cada sexo, em diferentes campos da actividade social.

A sua realização vai depender de todo um conjunto de circunstâncias, variáveis de turma para turma e de escola para escola, como o tempo de que o professor pode dispor, a dinâmica e maturidade do grupo de alunos, o meio social em que se situa a escola (industrial/rural, urbano/de povoamento/disperso, interior/litoral,...).

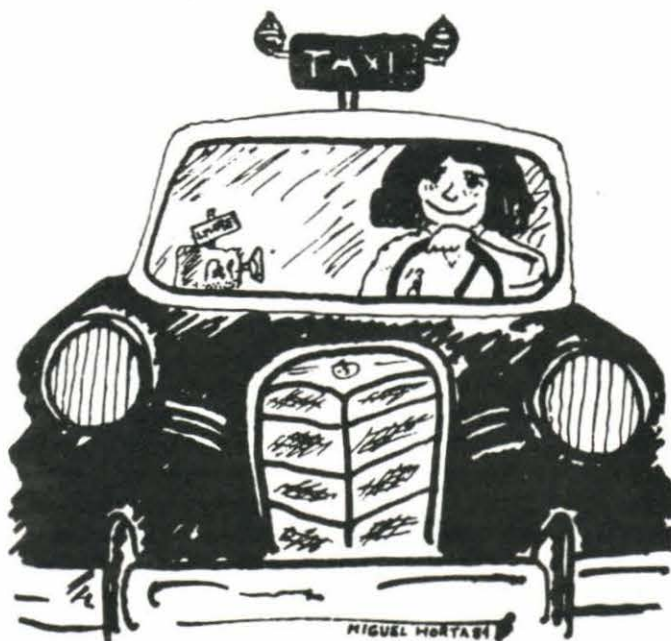
Assim, para além dos exemplos já citados (ver "Método e conteúdo") poder-se-á tentar visitar alguns pais de crianças, nos seus locais de trabalho, visitar diferentes tipos de lojas (supermercados, lojas de vestuário, livrarias, pastelarias, tascas, restaurantes, etc.), observar o movimento de uma rua (quem usa pasta, quem carrega objectos pesados, quem conduz carrinhos de bebés, quem conduz autocarros, automóveis, motos, bicicletas, quem faz compras, etc.), observar que imagens são usadas nos anúncios e nas montras, etc.

Por outro lado, a própria escola oferece muitas possibilidades para este trabalho, estando sempre à mão, o que facilita uma observação um pouco mais profunda: quem se

ocupa das diferentes tarefas na escola? Apesar das crianças aí passarem diariamente várias horas, é possível que nunca tenham reparado na distribuição das funções (quem é director, médico escolar, enfermeiro, contínuo, pessoal de limpeza e cozinha, professor).

Após a realização das várias visitas/observações eventualmente completadas com entrevistas simples serão feitos os diversos relatos e discutir-se-ão as informações recolhidas por toda a turma. O professor poderá procurar aprofundar questões como:

- Quais são os tipos de trabalho feitos, respectivamente, por homens, por mulheres e por ambos?
- Quem dirige, que chefia? Quem decide em geral, com mais frequência?
- Quais serão as razões pelas quais se explica esta situação? Porque é que será assim e não de outras formas?
- Haverá tarefas que não possam realmente ser desempenhadas por um dos sexos? (Eventualmente será de referir, neste contexto, as diferenças salariais).



res com os seus alunos — jogos, dramatizações, etc. — Pensámos depois em alargar a experiência e optámos por trabalhar nas Escolas do Magistério Primário”.

E a questão surge. Porquê privilegiar como veículo de mudança a Escola que é uma instituição por natureza conservadora. Como é que a Escola selectiva e reprodutora, em que as relações professores-alunos por ex., são tão estereotipadas, vai ser um arauto da mudança de atitudes?

“Nós estamos conscientes dessa condicionante. Mas pensamos que ao pôr a Escola a problematizar o papel da mulher e do homem a abrigue também a pensar no seu próprio papel, o papel dos professores não só enquanto tal, mas como pessoas, a relação professor-aluno, a problemática da Escola e o meio em que se insere, etc. E na prática isso tem acontecido. Como dizia um professor, o que é preciso é definir o perfil de educador que queremos”.

“É que a Escola — acrescenta Olívia — ao nível dos manuais escolares e de todo o material utilizado, veicula imagens que são perfeitos estereótipos do papel do homem e da mulher. É que a Escola também, nomeadamente a primária, apanha os alunos num período de consolidação destes conceitos. Razão por que se torna importante questioná-los. A nossa acção junto dos professores não é levar receitas que não temos. Mas antes procurarmos criar estímulos, criar espaços onde eles reflectam, onde eles se questionam sobre o que podem fazer”.

Quanto ao futuro.

“Bem! Este projecto surge no âmbito da cooperação Luso-Sueca. Em Junho provavelmente acabará por falta de verbas. Por isso tentamos que o Ministério da Educação que já reconheceu esta experiência de interesse pedagógico, assuma o Projecto. É importante que a Educação em Portugal, a formação contínua de professores, assumam

esta perspectiva”.

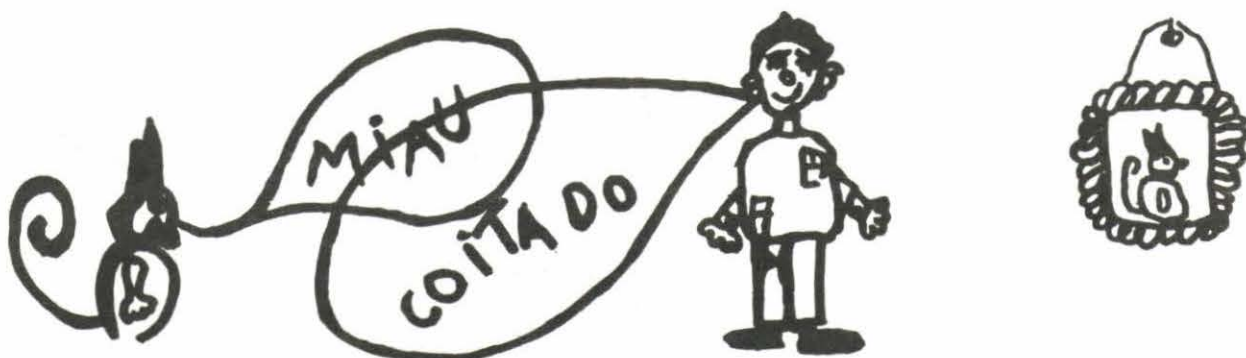
“O sucesso deste trabalho tem por outro lado a ver com a capacidade que tivermos de criação de dinamizadores locais. Formar pessoas, sensibilizar pessoas que nas suas zonas possam ser os dinamizadores dos debates deste tipo, é essa a linha de futuro que apontamos neste Projecto”.

O que significa no fundo pôr o Projecto nas mãos de quem é determinante para o seu êxito — as próprias pessoas. E com elas, comprometer as associações populares — as associações culturais, clubes e colectividades. — Mas também Casas do Povo, comissões sindicais e de trabalhadores. E os animadores culturais, pois claro! E se esta dinâmica for criada o Projecto não acabará. Mesmo que haja alguns (ou muitos) que gostariam que a “mudança” não se incentive.

Mas ela acabará por se dar. É que também aqui, e todos sabemos disso, temos a História pelo nosso lado.

Redacção

Eu tenho muito orgulho de ser rapaz. Mas já que me pediram para fazer esta redacção eu vou fazer. Eu gostava de ser veterinária. Eu gosto de animais e por isso gostava de os saber tratar quando estão doentes. Eu tenho pena que a minha mãe não trabalha mas ela tem de tratar do meu irmão e de mim, por isso é que ela não trabalha. Só quem trabalha é o meu pai.



Fonte: 187 composições sobre o tema “O que eu quero ser quando for grande... e o que eu queria ser se fosse do outro sexo...”, dos alunos das 3.ªs classes do Colégio de S. João de Brito e das Escolas da Voz do Operário.

edição da Comissão da Condição Feminina

CIDADE NOVA

NO HOSPITAL HÁ
MÉDICOS E MÉDICAS
ENFERMEIROS E
ENFERMEIRAS

NESTA CIDADE
AS DECISÕES SÃO
TOMADAS POR
HOMENS E MULHE-
RES EM CONJUNTO

UM RAPAZ
PASSEIA COM
O CARRO
DA BONECA

FUTEBOL
COM RAPAZES
E RAPARIGAS

RAPAZES
E RAPARIGAS
FAZEM
MALHA E
COSEM

OS PAIS VÃO
PARA O TRABALHO.
O PAI É PROFESSOR
E A MÃE
ENGENHEIRA

AQUI VIVEM
MIGUEL E ANA.
NÃO ESTÃO EM
CASA, ESTÃO
NA CRECHE.

TRABALHOS
MANUAIS EM
MADEIRA PARA
RAPAZES E
RAPARIGAS

NA CRECHE, O
PEDRO E A ANA
BRINCAM COM
O LEGO

RAPAZES E
RAPARIGAS FAZEM
GINÁSTICA JUNTOS

MIGUEL E
SOFIA BRINCAM
COM AS
BONECAS

NA GERÊNCIA
DA FÁBRICA
HÁ HOMENS
E MULHERES

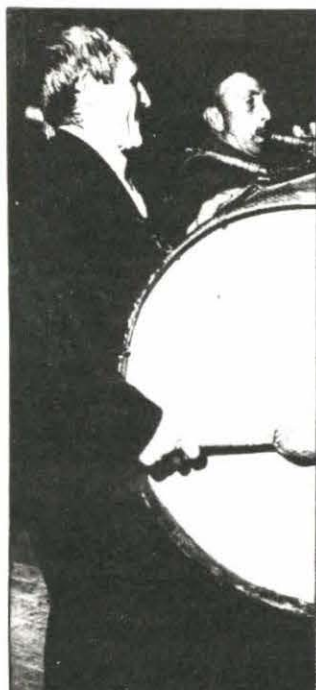
TÊXTEIS, LDA

NESTA OBRA
TRABALHAM
HOMENS E MULHE-
RES. GANHAM
BEM.

NA FÁBRICA
DE TÊXTEIS HÁ
HOMENS E MU-
LHERES A
TRABALHAR

MIGUEL MOURA 84

COLUNA a COLUNA



A VERDADE NO FOLCLORE

Quando se fala ou debatem problemas de animação cultural, raramente se tem em conta uma área de fundamental importância como o é a Etnografia. Em especial no que respeita aos domínios dos chamados Ranchos Folclóricos.

Qual é a sua função essencial? Que acção lhes cumpre sociologicamente desenvolver? Naturalmente que a dignificação, a preservação dos usos e costumes da região que integram. Fazendo o levantamento cultural da sua zona, e caminhando sempre para uma maior pureza das suas danças e cantares, dos trajes que envergam. Aliás, e para além do espectáculo que em si encerra, e onde a arte tantas vezes marca encontro, toda a sessão de folclore deve constituir um acontecimento didáctico.

Onde se dançava e por quê? Qual o significado da dança em si?

Uma acção esclarecedora é urgente neste momento, tanto mais que inúmeros agrupamentos estão completamente alheios aos princípios que os devem nortear. Copiando e adulterando num total desprezo pela autenticidade do nosso património cultural. Por vezes até, com plena consciência do que estão fazendo.

É, pois, uma verdadeira obra de animação cultural, o incentivar as populações no sentido de um respeito total pela autenticidade. Como em tempos vimos afixado num cartaz alusivo a um

"levantamento cultural" que se estava realizando, "é necessário conhecer o ontem, para compreender o hoje e construir o amanhã". Aceitar naturalmente a evolução, mas respeitando a tradição.

Um Rancho Folclórico, mais do que portador de um abraço levado a outras paragens, a outras regiões, deve ser um repositório de usos e costumes. E para sua dignificação, para preservação dos nossos valores etnográficos, têm uma palavra a dizer os animadores culturais.

Lino Mendes

DIAPORAMA 81 I FESTIVAL NACIONAL DE PORTALEGRE



Praticamente ignorado entre nós, o diaporama teve, em Portalegre, de 23 a 27 de Novembro, honras de festival. Um certo arrojo, menos contido, terá levado os responsáveis do Gabinete Audiovisual da Casa de Cultura da Juventude de Portalegre à promoção e realização desta iniciativa.

Cerca de 100 participantes (a maioria jovens), provenientes de todo o país, e uma dezena de especialistas animaram o festival-debate em questão.

De utilidade pública, diríamos nós, a sua realização. Sobretudo o sector do ensino e a animação sócio-cultural urgiam a confrontação de linhas e programas da nova linguagem. E, embora desarticulada, pouco arrumada ainda pela experiência, ela saltou de algumas intervenções mais comprometidas. Pareceu-nos, por isso, luxo consumístico o aproveitamento abusivo deste meio em devaneios estéticos ou projecções umbiguistas. E Portalegre terá evidenciado fartamente, quer nas produções em concurso ou extra-concurso, o pendor por que estas coisas ainda se regem entre nós.

Importante e decisiva também a tentativa (menos conseguida) de sagrar aqui a autonomia da linguagem audiovisual, desvinculando-a dos safados e vulgarizados meios

auxiliares do ensino ou meios audiovisuais. A distinção dos **group media** dos **mass media**, aqui também feita, permitirá, a nosso ver, sobretudo no campo da animação sócio-cultural o investimento de uma nova pedagogia.

A realização do festival levada para fora de Lisboa terá tido o mérito saudável de promover uma causa cultural numa pequena comunidade do interior. A saturação das grandes metrópoles impede a imaginação da resposta a iniciativas do género. Em Portalegre, a dois passos da fronteira, será fácil o intercâmbio de experiências com grupos e organizações paralelas no estrangeiro.

O festival foi. Se o balanço não é eufórico é, pelo menos, positivo. A todos os títulos. Um balanço que não vai parar. No próximo ano será o festival da Banda Desenhada. O arranque definitivo de uma série bienal de festivais balanceados entre a Banda Desenhada e o Diaporama.

Manuel Vilas-Boas

A LEI QUE VAMOS TENDO

Com este espaço pretendemos pôr à disposição das Associações e Animadores um pequeno índice, dos diplomas que vão sendo publicados no Diário da República.

Em princípio, nada mais se pretende que isso. O que não quer dizer que, quando a importância de algum diploma o justifique, não possamos deter-nos detalhadamente sobre ele.

A fim de facilitar a elaboração de fichas, agruparemos os diversos diplomas cronologicamente, dentro de cada rubrica, sendo estas ordenadas alfabeticamente.

Iniciaremos este trabalho com referência ao dia 1 de Janeiro de 1981. Vamos a isso:

ABREVIATURAS:

D.R. I, II, III, — Diário da República,

I Série, II série etc...

PERÍODO ABRANGIDO:

De 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1981.

■ ALFABETIZAÇÃO (ver também, Educação de Adultos)

- Lei 2/81 de 18.2 D.R. O nº 41 — Altera a Lei 3/79 de 10.1, sobre a eliminação do analfabetismo.
- Resolução 45/81 de 12.3 D.R. I nº 59 — Designa representantes no C.N.A.E.B.A.
- Resolução 52/81 de 12.3 D.R. I nº 69 — idem

■ ARTESENATO

- Decreto-lei 154/81 de 5.6 D.R. I nº 129 — institucionaliza uma estrutura de apoio ao artesanato.

■ ARRENDAMENTO (ver também Habitação)

- Decreto Regional — Açores D.R. I nº 128 — regime dos novos contratos de arrendamento para habitação
- Decreto-lei Regional — Açores nº 8/81/12 de 27.6 D.R. I nº 145 — regime de arrendamento urbano.

■ CINEMA

- Decreto 73/81 de 16.6 D.R. I nº 136 — aprova o Acordo Cinematográfico entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Francesa.

■ EDUCAÇÃO DE ADULTOS (ver também ALFABETIZAÇÃO)

- Portaria 20/81 de 10.1 D.R. I nº 8 — cria lugares decentes para actividades de educação básica de adultos.

■ HABITAÇÃO (ver também ARRENDAMENTO)

- Decreto Regulamentar 4/81 de 17.1 D.R. I nº 14 — prorroga por um ano o prazo de vigência das medidas preventivas de recuperação de zonas clandestinas e degradadas na península de Setúbal, constantes do Decreto Regulamentar nº 20/78 de 4.7.
- Decreto Regulamentar 6/81 de 30.1 D.R. I nº 25 — Adota medidas preventivas relativas à urbanização de Marco de Canavezes.

■ INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL

- Portaria 16/81 de 9.1 D.R. I nº 7 — aprova o Regulamento do Conselho Consultivo.
- Portaria 170/81 de 10.2 D.R. I nº 34 — adia, para 1 de Maio, a entrada em vigor do Regulamento.

■ ORÇAMENTO E PLANO

- Lei 4/81 de 24.4 D.R. I nº 95 — Aprova o O.G.E. para 1981.
- Decreto-lei nº 96-A/81 D.R. I nº 98 — Põe em execução o O.G.E. para 1981.
- Decreto-lei nº 96-B/81 D.R. I nº 98 — idem o Orçamento da Segurança Social para 1981.

■ TEATRO NACIONAL DE SÃO CARLOS

- Decreto-lei 123/81 de 25.5 D.R. I nº 119 — Altera o estatuto aprovado pelo Decreto-lei nº 259/80 de 5.8.

■ SECRETARIA DE ESTADO DO ORDENAMENTO DO AMBIENTE (ver também GOVERNO)

- Decreto-lei 73/81 de 7.4 D.R. I nº 81 — reestrutura.

José Ferreira

daqui e dali



**AS CRIANÇAS E OS JOVENS
TERÃO DE NOVO O SEU
FESTIVAL DE CINEMA**

**3º FESTIVAL INTERNACIONAL
DE CINEMA PARA
A INFÂNCIA E JUVENTUDE**

**Tomar, de 25 a 31 de Janeiro
1982**

Conceber um cinema para crianças, ou mesmo defini-lo, será difícil, quando se verifica que o quotidiano da criança é invadido por imagens através da televisão, da publicidade, da banda desenhada e do próprio cinema. E no campo deste, a escolha não é muito grande: Walt Disney, filmes cómicos e de aventuras.

No entanto, a criança tem direito a um cinema criado e pensado em termos que tenham em conta os seus problemas específicos e a sua vivência actual. Para o Centro de Cultura Popular de Tomar, entidade que organiza o Festival Internacional de Cinema para a Infância e Juventude, cuja segunda edição teve lugar em Janeiro deste ano, é esta a perspectiva que tem presidido à sua actividade divulgadora no campo do cinema para crianças.

Erguer um Festival diferente, que não é feito para "cinéfilos" ou por interesses comerciais, é uma etapa necessária à criação de um público que saiba viver com o cinema e a linguagem das imagens. Os organizadores do FICIJ só assim compreendem o desenvolvimento da sua actividade, pelo que têm estabelecido contactos com iniciativas e organizações da Europa e não só, que se dedicam à divulgação do cinema para crianças. E, hoje, os responsáveis do Centro de Cultura Popular de Tomar afirmam que este esforço começa a dar os seus primeiros resultados, nomeadamente através da pretensão manifestada por algumas entidades estrangeiras com quem mantêm contactos, na aquisição do filme Aniki-Bobó e de filmes de animação portuguesa (Os Dez Anõezinhos da Tia Verde-Água, As Duas Comadres, O Gigante do Lago, Não Quero Ser Palhaço, Caldo de Pedra, Grão de Milho), não só para exibição nos seus circuitos-cineclubes, escolas e centros culturais —, como para apresentação na televisão, casos estes de uma organização belga e de outra alemã, ou pelo convite à participação dos já referidos filmes de animação num festival francês, em Junho próximo.

O anúncio da 3ª edição do Festival Internacional de Cinema para a Infância e Juventude, que decorrerá em Tomar de 25 a 31 de Janeiro de 1982, é a garantia da continuação do trabalho de divulgação de um cinema a que a grande maioria das crianças portuguesas ainda não têm direito,

sendo passo fundamental no sentido de uma divulgação mais ampla. Festival no qual os seus organizadores contam apresentar mais diversidade, mais qualidade e algumas surpresas, em relação às edições anteriores e sobre o qual prometem também fornecer brevemente informações mais detalhadas.

Contactos: 3º Festival Internacional de Cinema para a Infância e Juventude, Rua D. Aurora Macedo, nº 72, 2300 TOMAR — Telef: 33247



GALERIA ABERTA

As artes plásticas podem ser um excelente meio de animação cultural, assim ficou provado em Évora com a realização da "Galeria Aberta" que reuniu no palácio de D. Manuel várias dezenas de jovens com um só objectivo — a criatividade.

Entre 31 de Outubro e 15 de Novembro, o velho palácio esteve vivo com exposições de fotografia, pintura, desenho, escultura, várias performances, filmes e, como não podia deixar de ser entre gente nova, um concerto de rock.

Mas porquê a "Galeria Aberta"?

Já há muito que um grupo de jovens artistas de Évora "magi-cava" esta ideia de reunir numa exposição "trabalhos que se encontravam ainda fechados por essas casas" e conseguir um espaço colectivo onde pudessem realizar o seu trabalho. Assim começaram os contactos com a Câmara e em breve realizou-se com bastante êxito a primeira exposição colectiva no museu de Évora, bem como um concerto.

Neste contexto surge a "Galeria Aberta" propondo a criação de um atelier cooperativo, aberto aos jovens que queiram desenvolver a sua actividade no campo das artes plástica de uma forma autónoma e informal.

De salientar a presença viva da rapaziada do atelier de artes plásticas de Portalegre e a colaboração do AR.CO, revista "O Rodapé", embaixada de França, bem como o "Kuak'edia" e os "Vitamina Rock".

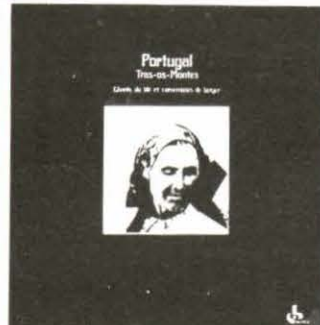


CONTRIBUTO

**REVUE INTERNATIONALE
D'ACTION
COMMUNANTIAIRE**

Revista produzida por 4 centros associados do Quebec, França, Bélgica e Suíça. Tem vários correspondentes noutros países. Em Portugal a "Intervenção". A RIAC tem por objectivo divulgar as experiências de acção comunitária de base que se desenvolve em especial na Europa. 4 números já saídos com uma periodicidade de 2 números anuais. "Saúde", "Educação Popular, Cultura e Poder", "Formação e Educação Popular" e "Alojamento e Lutas Urbanas" são os temas dos números saídos.

Fundamental. As assinaturas devem fazer-se para a RIAC (Revue Internationale d'Action Communautaire) Ecole de Service Social, Université de Montréal, Montréal H30 3J7, Canada.



PORTUGAL TRÁS-OS-MONTES...

**"CHANTS DU BLÉ
ET CORNEMUSES
DE BERGER"**

Este é o disco de Anne Caufriez, etnomusicóloga actualmente a trabalhar no Museu Instrumental de Bruxelas, que hoje divulgamos.

Um reflexo de 10 anos de trabalho por terras de Portugal.

Da introdução do disco traduzimos alguns excertos que podem fornecer informações interessantes:

"Historicamente, TRÁS-OS-MONTES distingue-se, por um tipo muito antigo de comunidades rurais, das quais são representativas certas aldeias como RIO DE ONOR. Hoje, apesar da parcialização da propriedade, os trabalhos de arromamento e de colheita continuam a realizar-se colectivamente.

Regras comunitárias de trabalho e métodos de agricultura ancestrais fazem de TRÁS-OS-MONTES o depositário de velhíssimas tradições musicais, que se perderam no resto do país e das quais a Europa do Século 20 conserva poucos testemunhos.

A música de TRÁS-OS-MONTES parece trazer o cunho de

uma economia Regional sucinta, porque os Romances, canções ligadas à cultura dos cereais, e a gaita de foles, instrumento musical próprio dos pastores, representam as formas mais relevantes de expressão artística.

Mas TRÁS-OS-MONTES é também a última província que até hoje conserva os vestígios escassos da cultura galaica que marcou a alvorada deste país. Porque Portugal, quando se constituiu no século 12, era uma espécie de ramo separado da GALIZA, este antigo Reino Celta, que formava uma entidade Cultural e linguística original.

Deste berço comum floruiu o Romancero Português, que percorreu séculos até se transformar na linguagem poética musical dos camponeses de hoje, enquanto que a gaita de foles podia representar uma longa reminiscência da cultura CELTA EM PORTUGAL."

AS NOSSAS MEMÓRIAS...



Fotografia: José Alberto Sardinha

A música tradicional, o folk-lore musical é uma parcela importante da memória de um povo e, portanto, do seu património cultural. Transmitida oralmente desde os confins dos séculos até aos nossos dias, resulta da criação espontânea e anónima do povo e é a representação viva da sensibilidade e criatividade musicais desse povo e da sua alma.

Entre nós, a música popular, apesar de votada ao mais completo abandono, possui ainda um sangue relativamente puro e rico e correr-lhe nas veias, o que não impede que possamos prognosticar a sua extinção nos tempos mais próximos. De qualquer modo, pese embora esta tendência para a extinção, a sua vitalidade e pureza está ainda patente quer na música instrumental, quer na vocal, constituindo indubitavelmente um dos mais ricos repositórios de música popular de toda a Europa.

O exemplo escolhido mostra um velho pastor beirão que tivemos a surpresa e o enorme prazer de encontrar ainda vivo e activo em 1981, quando realizávamos uma expedição de recolha folclórica na Beira Baixa. Enquanto guarda o gado e também durante as romarias da região, a que nunca falta, toca a sua "palheta", um dos mais primitivos e arcaicos instrumentos populares que até nós chegaram.

A origem da palheta é muito remota e perde-se mesmo na noite dos tempos: como o próprio nome indica, de início começou por ser feita com a palha dos cereais e, mais tarde, com canas. A sua criação é habitualmente atribuída aos Celtas, povo tradicionalmente ligado à pastorícia.

Neste momento, em Portugal, apenas se conhece a tocar este instrumento tão característico, este velho pastor de Monsanto, Idanha-a-Nova.

José Alberto Sardinha